

Notas de Pesquisa

Salvaguardando o princípio da moralidade e a integridade da nação: a apropriação de Anchieta pelo regime militar

Safeguarding the principle of morality and the integrity of the nation:
the appropriation of Anchieta by the military regime

Eliane Cristina Deckmann Fleck¹

ecdffleck@terra.com.br

Introdução

Estas *Notas de Pesquisa* apresentam algumas considerações preliminares sobre uma investigação em andamento desde o início do ano de 2006 e que resultou, em grande medida, de projetos de pesquisa anteriores desenvolvidos junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos que contemplaram a atuação missionária jesuítica tanto na América espanhola quanto na portuguesa, com destaque para a atuação e para a produção intelectual de José de Anchieta S. J.

O projeto de pesquisa “Pecado e castigo nas crônicas jesuíticas coloniais – moral e devoção em Nóbrega e Anchieta”, desenvolvido entre os anos de 2000-2002, se propôs a investigar as percepções de pecado e de castigo e as concepções delas decorrentes nas crônicas e cartas jesuíticas coloniais referentes à atividade missionária na América portuguesa, enfocando, principalmente, os registros feitos pelos padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta. Aspectos ligados à sexualidade e à moralidade foram enfatizados, na medida em que se pretendeu, igualmente, caracterizar amplamente a sociedade colonial do século XVI, a partir das preocupações e recomendações destes missionários jesuítas.

Na sequência, desenvolvemos, durante o período de 2002 a 2004, o projeto de pesquisa “O senso de humor como ‘traço de união cultural’ – um estudo das representações sobre a alegria de viver indígena”, que se constitui em um estudo analítico-crítico das crônicas e da documentação jesuítica referentes aos séculos XVI e XVII, com ênfase nos registros de expressões de sensibilidade de colonos e indíge-

¹ Doutora em História – PUC/RS e Professora titular do Programa de Pós-Graduação da UNISINOS, São Leopoldo/RS, Brasil.

nas. Privilegiando as demonstrações de alegria, de senso de humor e as práticas lúdicas, interessou-nos, sobretudo, verificar a que período ou etapa da colonização e a que circunstâncias se referiam, qual a intenção de seu registro e o quanto estas demonstrações eram realmente representativas ou indicativas de um “traço de união” e de similitude menos evidente entre as culturas em efetivo contato.

Durante os anos de 2004 a 2006, dedicamo-nos ao projeto intitulado “Missão em revista: escrita e memória em construção”, realizando uma investigação sobre a dinâmica que caracterizou a construção narrativa e a produção de uma memória sobre o tema “missão”, através da sistematização, catalogação e análise temática das edições da revista *Missionalia Hispânica* publicadas ao longo de cinco décadas. A *Missionalia* constitui-se em espaço privilegiado de difusão de percepções de historiadores-pesquisadores vinculados institucionalmente às ordens religiosas que atuaram na América, na África ou na Ásia, com destaque para os franciscanos e jesuítas. Essa investigação se inseriu nas tendências mais recentes da produção historiográfica sobre o tema “missão”, ao privilegiar a discussão sobre as estratégias discursivas e sua importância no processo de construção de uma “memória” sobre a atuação missionária desenvolvida por determinadas ordens religiosas.

Como evidenciado nessa breve reconstituição de nossa trajetória como pesquisadora vinculada à Linha de Pesquisa *Populações Indígenas e Missões Religiosas* do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, a temática da atuação missionária jesuítica na América luso-espanhola durante o período colonial tem ocupado nossa atenção desde o doutoramento em 1999, tendo se traduzido concretamente em quatro projetos de investigação já concluídos e um em andamento. Dentre os principais objetivos do projeto iniciado em 2006, destacamos o de desvendar os processos de construção de uma memória sobre o missionário e de apropriação – pelos militares e pelos segmentos civis da sociedade brasileira – do pensamento de Anchieta sobre os fins da política e da religião. Valendo-se de seu exemplo de conduta moral e de sua atuação como missionário e amparado na religiosidade e na família como armas contra a “possível intervenção comunista no Brasil”, o regime militar reafirmou seu compromisso de manter a fidelidade aos valores cristãos através da instituição dessa data comemorativa e alusiva à memória de Anchieta.

Das razões para a celebração de Anchieta

Em 1965 não havia qualquer razão para homenagear o padre jesuíta José de Anchieta, como vinha sendo feito por ocasião dos centenários de sua morte. A ausência

de motivo para celebrar não impediu, contudo, que em sessão solene realizada no dia 9 de junho de 1965, no Teatro Municipal de São Paulo, o senhor presidente da República, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, proferisse um discurso, dando início à série de conferências programadas pela Comissão Nacional por ele convocada para as comemorações do “Dia de Anchieta”:

Ao aceitar o honroso convite para presidir esta sessão, marco inicial das comemorações do padre José de Anchieta, quis expressar o alto apreço do governo ao jesuíta cuja obra admirável de evangelização fez dele o Apóstolo do Brasil. Esta terra é nossa empresa, dissera Nóbrega. E ninguém melhor do que Anchieta lhe ouviu a palavra. Hoje, volvidos quatro séculos, a Igreja continua a ter no Brasil largo campo de ação espiritual. Nem importa que tanto hajam mudado as condições, a começar pela separação entre o Estado e a Igreja, pois tal circunstância tem também contribuído para o aprimoramento das relações entre o temporal e o espiritual. No particular das boas relações entre o espiritual e o temporal, podemos, assim, considerar o nosso país como extraordinário exemplo para o mundo moderno, tão cheio de lutas, restrições e mutilações. Mas, graças à maneira por que se formou, o Brasil permanece aberto aos evangelizadores que se disponham a seguir os ensinamentos de Anchieta, de quem se disse com justiça que pela nossa pátria ele “deu a vida, o apostolado, a santidade” (in Anchieta, 1965, p. 12-13).

Eleito presidente da República, por votação indireta do Congresso Nacional, em abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco – apoiado por grupos que fizeram da religiosidade e da família uma arma contra a “possível intervenção comunista no Brasil” – reafirmava, através do evento de 1965, seu compromisso com esta parcela da população. Utilizados como um instrumento de combate ao comunismo e para garantir a manutenção e legitimação dos grupos conservadores no poder, os símbolos religiosos deveriam ser resgatados, e, dentre eles, Anchieta, tido como o maior exemplo de santidade do Brasil.

A importância dessa figura no imaginário nacional viria a ser resgatada e apropriada pelos militares para a solidificação dos laços com uma significativa parcela da população brasileira que foi às ruas protestar contra a direção esquerdista do governo de João Goulart e que temia pelo bem-estar de suas famílias. O Decreto nº. 55.588, de 18 de janeiro de 1965, evidencia esse resgate, ao instituir o “Dia de Anchieta”, a ser “oficialmente comemorado em todo o país na data de 9 de junho”, e ao estabelecer que o Ministério da Educação e Cultura deveria adotar “as necessárias providências para dar excepcional relevo às comemorações”.

A Comissão Nacional – encarregada da promoção de atividades que respaldariam a instituição da data – apresentou Anchieta como o “santo símbolo de nossa nacionalidade”, “taumaturgo que vela pela felicidade da nossa Pátria” e “ilustre construtor da nacionalidade”, por ter salvaguardado “o princípio da moralidade em face da corrupção”, alimentado “a chama do patriotismo”, repellido “as missões estrangeiras”, conservado a “unidade e integridade da nação” e integrado índios e portugueses “na bela obra que é a nação brasileira, cujo batismo foi ato de suas santas mãos”.

As representações sobre Anchieta acima referidas apontam para a apropriação e difusão de determinadas condutas e princípios com a finalidade de reforçá-las e de associá-las à moral pretendida pelo novo regime político. Ao assumirem o poder, os militares reafirmaram a importância da família, da religião e da moral; portanto, ninguém melhor do que Anchieta para ser apresentado como exemplo desses valores.

No Prefácio dessa Coletânea, apresenta-se o programa que deveria ser desenvolvido pela Comissão Nacional convocada por Castelo Branco, assim como seus integrantes. Presidida por Júlio de Mesquita Filho, integravam também a Comissão o Dr. Aureliano Leite, o Prof. Eurípi-des Simões de Paula, o Dr. João Fernando de Almeida Prado, o Dr. César Salgado, o Dr. Marcio Neme e a Sra. Lúcia Falkenberg. Para proferirem uma série de conferências, cujo tema central era a figura de Anchieta, foram convidadas personalidades importantes da intelectualidade brasileira, assim como representantes do mundo cultural hispânico.

No discurso proferido por Mesquita na sessão de abertura das conferências, realizada no Teatro Municipal de São Paulo, no dia 9 de junho de 1965, ficam evidentes sua posição política e seu apoio à deposição do presidente João Goulart:

Atravessam o País e o mundo um dos instantes mais graves da História. Dentro da grande Revolução que se processa por toda parte, vive o Brasil aquela que, sob a chefia do Exmo. Sr. Marechal Castelo Branco, nos levou à vitória de 31 de março. Se aceitou S. Excia. o encargo de conduzir a Nação ao campo em que se feriria o último embate entre a liberal democracia e aqueles que desejavam arrastá-la para a órbita dos países em que nos últimos cinquenta anos se implantaram regimes inspirados no materialismo dialético, foi porque jamais duvidou dos sentimentos profundos da nossa coletividade. É, pois, um ato de afirmação que neste instante participamos – afirmação que se traduz no propósito em que está a Revolução de permanecer fiel àquele humanismo cristão que nos legou Anchieta e que a subversão comuno-nacionalista pretendia banir da nossa comunidade. [...] temos nós a convicção de que a luta em que

nos empenhamos, integrados na humanidade cristã, contra as potências das trevas que, a toda força, pretendem apagar da terra a lembrança da civilização mediterrânea, se decidirá a nosso favor. Eles não lograrão o seu sinistro intento. A experiência de 2.000 anos vividos à sombra de Roma eterna não poderá desaparecer ante a ofensiva dos que querem substituir as leis do espírito, no seu sentido mais alto, por aqueles que regem o universo formal da matéria (in Anchieta-na, 1965, p. 10-11).

Os excertos extraídos do discurso proferido por Mesquita Filho apontam não somente para as intenções do governo militar com a instituição do “Dia de Anchieta”, mas atestam a plena identificação de propósitos. Mesquita Filho era o proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, jornal que servia de órgão de divulgação da propaganda anticomunista e anti-Goulart promovida pelas organizações patrocinadas pelo *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais* – IPES. Além disso, era irmão de Antonieta Pellegrini, presidente da entidade feminina paulista conhecida como *Movimento de Arregimentação Feminina* – MAF, um dos grupos empenhados no desgaste e posterior deposição do governo Goulart. Vale lembrar, neste sentido, o importante papel desempenhado nessa mobilização pelas mulheres, geralmente, esposas ou parentes de líderes do IPES. Incentivadas e auxiliadas por seus maridos ou irmãos, organizaram sua ação política apoiadas em sua religiosidade, seu moralismo e medo da desagregação de suas famílias, valores que seriam fomentados pelos setores civis e militares que implementariam o regime militar.

Dentre as várias iniciativas culturais promovidas pela Comissão Nacional destacam-se o *Concurso Literário* para obras sobre José de Anchieta, a organização, por sugestão do papa Paulo VI, de uma coletânea com a obra completa de Anchieta, que se denominou *Monumenta Anchieta*, e, por fim, o patrocínio do traslado de uma relíquia do padre José de Anchieta de Roma para São Paulo.

A presença de um representante do papa, o padre Molinari, conhecedor do processo de beatificação de Anchieta, na sessão de abertura das comemorações, é destacada por Mesquita Filho:

[...] no intuito de emprestar às comemorações o caráter de uma decisiva contribuição à campanha em prol da beatificação de Anchieta dirigiu-se à Santa-Sé, rogando-lhe que indicasse um representante seu para figurar entre aqueles que estariam presentes nos festejos em organização. E foi com desvanecimento que, em resposta à solicitação, recebeu, logo a seguir, o nome do padre Molinari – o grande estudioso que no processo em curso no Vaticano desempenha o papel entre todos

delicado de postulador da beatificação de José de Anchieta (in Anchieta, 1965, p. 6).

Somando-se ao empenho pela beatificação de José de Anchieta, a Comissão estimulou trabalhos na área de cinema e teatro, como refere Mesquita Filho:

Em convênio com o setor de cinema da Universidade Nacional de Brasília, a Comissão subvencionou a realização de uma fita sobre o padre José de Anchieta a que será assegurada a mais larga divulgação, inclusive com exibições nas escolas. Em convênio com a Escola de Arte Dramática de São Paulo estabeleceu-se que a Comissão subvencionaria representações públicas de autos de Anchieta (in Anchieta, 1965, p. 7).

O resgate de determinados atributos da conduta moral e missionária de Anchieta pelos setores militares e civis logo após o golpe de 1964 fica também evidenciado no posicionamento de João de Scantimburgo, um dos colaboradores envolvidos na comemoração do Dia de Anchieta:

De Anchieta se pode dizer que foi o primeiro integracionista; animado pela fé, pôs a inteligência e a vontade na consecução desse fim, e conseguiu-o. A nação brasileira começou a amoldar-se com os capitães gerais, com a vocação missionária da Casa de Bragança, mas quem lhe soprou o primeiro hálito de vida foi Anchieta, o inextinguível integracionista. Trazendo para o Brasil o crucifixo como única arma, a fidelidade ao sangue de Cristo como suprema virtude e a obediência como rija qualidade, Anchieta aproxima índios e portugueses, integrando-os na bela obra que é a nação brasileira, cujo batismo foi ato de suas santas mãos (in Anchieta, 1965, p. 273).

O “inextinguível integracionista” foi tomado como exemplo da coesão que a sociedade brasileira deveria demonstrar num momento crítico da sua história política, aspecto que seria referido no discurso proferido pelo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, no dia 09 de junho de 1965. Parece-nos que as posições assumidas por Anchieta, em especial aquelas decorrentes de suas concepções sobre os fins da política e da religião, e que foram difundidas nas produções biográficas sobre o missionário jesuíta foram convenientemente apropriadas pelos ideólogos do regime militar e por segmentos civis da sociedade brasileira, como evidenciam as conferências e discursos que integram a *Coletânea Anchieta* e que fundamentaram a instituição do *Dia de Anchieta*.

Ainda hoje, percebemos a presença marcante desse jesuíta no imaginário nacional, como pôde ser constatado na comemoração dos 450 anos da cidade de São Paulo, em 2004, ocasião em que Anchieta foi lembrado, inclusive, em enredos das escolas de samba paulistas no carnaval daquele ano. Além disso, foram organizadas a exposição de 17 cartas originais de Anchieta – retiradas pela primeira vez do Arquivo Histórico da Companhia de Jesus, no Vaticano –, e a mostra “Os empreendedores: de Anchieta aos Novos Tempos”, realizada no Pátio do Colégio, local da fundação da cidade de São Paulo. Essas comemorações revelam o quanto se mantém viva a imagem de José de Anchieta na memória da população brasileira.

Referências

ANCHIETANA. 1965. *Comissão Nacional para as Comemorações do “Dia de Anchieta”*. São Paulo, Gráfica Municipal/Divisão do Arquivo Histórico/Prefeitura do Município de São Paulo, 447 p.

Submetido em: 17/06/2007

Aceito em: 17/06/2007